

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/6246	13633/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
GVAB - VERAÇÃO ALTINO BESSA - GABINETE		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: APOIO FINANCEIRO - CRIAÇÃO PERCURSO PEDESTRES - União de Freguesias de MERELIM S.PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;



Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM S.PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES**, solicitou o apoio desta Câmara Municipal para concretização de percursos pedestres nas varias freguesias, apresentando os respetivos custos dessa operação.

Considerando que nos últimos anos, assiste-se, entre a população, a um fenómeno de busca do reequilíbrio da vida humana com a sua condição natural, e, paralelamente a uma maior apetência para a fruição do território, e dessa forma, os percursos pedestres devem ser vistos como uma realidade multidimensional e devem ser criados tendo em conta as potencialidades locais, dando ênfase a aspetos da identidade local, valorizando o património ambiental e natural das freguesias do concelho.

Considerando que a rede de percursos pedestres do concelho envolve todas as freguesias, num total de 26 percursos definidos em cerca de 280km de extensão, com 194 pontos de interesse patrimonial, 174 pontos de interesse ambiental e 27 parques verdes e de merendas associados aos diversos traçados.

PROPÕEM-SE

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM S.PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES no valor de 10 057,71€ (dez mil e cinquenta e setenta euros e setenta e um cêntimos).**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM S.PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES**.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

